

# Wallace Wagner Rodrigues Pantoja

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Belém, doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPA  
wallace.pantoja@ifpa.edu.br

---

## Os erros do “erro de Heidegger”: salvar o ser-si-mesmo através do não-outro

### Resumo

Inscrevo uma crítica à Geografia Humanista informada por ideias filosóficas de Martin Heidegger. Partindo do diálogo direto com um dos representantes deste modo de fazer Geografia, busco implicações topolíticas mais gerais ao campo da produção científica de atmosfera fenomenológica, questionando certos usos de ideias irrefletidas eticamente e a errância do pensamento absolutizada carente de contexto epistêmico. Metodologicamente, faço uma montagem do “caso Heidegger”, dialogando com o artigo de Eduardo Marandola Júnior, fazendo emergir quatro condições de enfrentamento: 1. Binarismos essencialistas; 2. Variação tautológica; 3. Encobrimento da diversidade teórico-ética; 4. Negação da violência simbólica. Proponho ensaiar um salto dessas condições que arrisquem alguma reinvenção propositiva da Geografia Humanista à Brasileira, começando por uma desobediência fenomenológica frente à sombra heideggeriana.

**Palavras-chave:** Fenomenologia, Geografia Humanista, Topolítica, Antissemitismo, Heidegger.

### Abstract

THE ERRORS OF “HEIDEGGER’S MISTAKE”: SAVING THE SELF THROUGH THE NON-OTHER

I write a critique of Humanist Geography informed by the philosophical ideas of Martin Heidegger. Starting from a direct dialogue with one of the representatives of this way of doing Geography, I seek more general topolitical implications for the field of scientific production in a phenomenological atmosphere, questioning certain

uses of ethically unreflective ideas and the absolutized wandering of thought lacking epistemic context. Methodologically, I make a montage of “the Heidegger case” in dialogue with Eduardo Marandola Júnior’s article, bringing out four conditions for confrontation: 1. essentialist binarisms; 2. tautological variation; 3. concealment of theoretical-ethical diversity; 4. denial of symbolic violence. I propose a leap from these conditions that risk some propositional reinvention of Brazilian Humanist Geography, starting with phenomenological disobedience in the face of the Heideggerian shadow.

**Key-words:** Phenomenology, Humanist Geography, Topolitics, Anti-Semitism, Heidegger.

## 1. Introdução

Este ensaio é circunstancial. Fluxo de consciência de quem lê um texto-mostruário de certo projeto que precisa ser questionado – em alguma medida – científica e eticamente: a sombra heideggeriana na *Geografia Humanista à Brasileira (GHB)*.

O fluxo de consciência é um exercício fenomenológico, mesmo que nomeá-lo possa o tornar mera tese. Porém, nomeio porque compartilho essa atmosfera de pensamento. Logo, não se trata de crítica externa, embora eu faça uma geografia de inspiração fenomenológica solitária, algo traidora e longe dos centros “autorizados” em fazê-la. “Autorizados” no sentido proposto por Bourdieu (1983), já que os agentes na formação do (sub)campo científico se engajam no jogo de poder para tornar legítima sua própria autoridade, seus métodos, problemas e teorias que estejam de acordo com seus interesses específicos, em uma inseparabilidade entre busca pelo conhecimento e pelo reconhecimento dos que compõem o referido (sub)campo.

Alguns alertas no fluxo:

a) Dialogo com o artigo de Marandola Jr. (2020): “*O erro de Heidegger: do Estado-nação ao habitar poético*”, o que implica referir-me ao autor em certos momentos. Porém, sem outras “fulanizações”, tento amplificar as considerações à Geografia Humanista cuja influência de Heidegger é inescapável.

b) Jamais advogarei algo como “não leia Heidegger”. A questão não é de proibições, mas de implicações *topolíticas* de alguns de seus fundamentos. Entretanto, como busco ampliar o contexto do “Caso Heidegger”, o tom é de contraponto a uma apologética.

Um parêntese: demarco a noção de *topolítica* pela diferença com a geopolítica (global/regional/generalista/oficial); a *topolítica* tem caráter configurativo: a partir de afetos emulados em concepções/noções/gestos, se processa certo sentido de lugar ou “um sentido de lugar em outros lugares”, disputando sua forma ao nível do sensível, da relação situada entre corpo(s) e mundo circundante, sua pensabilidade carnalizada. A *topolítica* não é um programa sistematizado, mas se efetiva nas relações entre corpos, e pode ser traficada – não raro, implicitamente – para outras configurações lugarizáveis.

c) Chamo de GHB a emergência, ainda que com formulações variadas, situada no eixo sul-sudeste de instituições tais como UFF, UNICAMP, UFPR, embora não redutível a estas. Tem o mérito de instituir um subcampo antes não reconhecido e perenizar a Geografia Humanista, mas revela certos modos pregnantes de fazer-pensar.

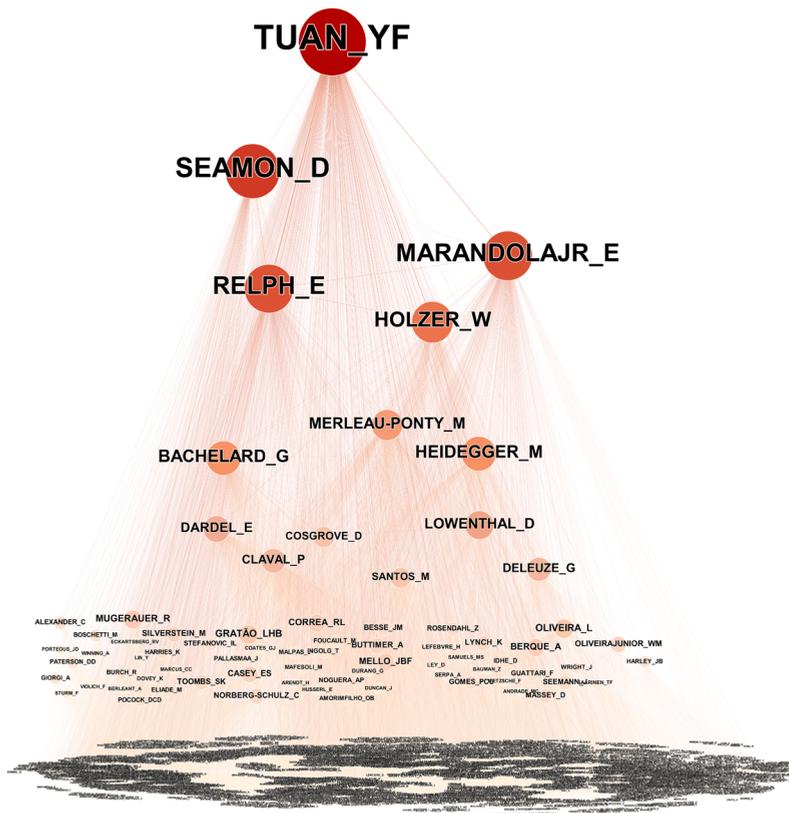
Não vou aprofundar o poder de pregnância da GHB. Apenas sumário aspectos a partir de bibliometria (análise de redes sociais com auxílio do *software Gephi*) e correlata rede topológica da principal revista da GHB, a *Geograficidade*.

Evidentemente é preciso amplificar o escopo bibliométrico, diversificar o sentido de lideranças da GHB que emerge da rede topológica, mas sendo a *Geograficidade* proeminente e de alcance internacional, criada no eixo acadêmico que identifico como perenizador, é um ponto de partida para questões sobre a *GHB*. Em outro trabalho, tentarei interpretar alguns sentidos de uma Geografia Humanista no Brasil plural. Além disso, penso que alguns achados não são exclusividade da *GHB*, mas dizem respeito ao campo científico nacional. Os dados brutos, centrados nos termos “fenomenologia” e “humanista” estão livres para avaliação e interpretação<sup>1</sup>.

Impressões do fenômeno GHB: 1. Recorrência a três filósofos de base: Merleau-Ponty, Heidegger e Bachelard; 2. Disseminação geográfica das bases filosóficas a partir de Tuan, Relph e Seamon; cuja influência de Heidegger é importante; 3. Eleição de Dardel como o ponto zero da orientação geográfica fenomenológico-existencial, em grande parte, de inspiração heideggeriana (não é um achado diretamente depreendido da rede topológica, mas explica sua presença como fonte recorrente); 4. A orientação por filósofos é pouco expressiva e nenhuma geógrafa aparece nos platôs mais evidentes da rede; 5. A referencialidade a geógrafos/as ou interlocutores da atmosfera

fenomenológica do Centro-Oeste, Nordeste e Norte é ínfima; 6. A aproximação com pensadores/as da América Latina, além do Brasil, é quase ausente e recente; 7. Os geógrafos brasileiros mais recursivos são Marandola Jr. e Holzer, o que pode se retraduzir em prestígio relativo e poder no (sub) campo científico (BOURDIEU, 1983; PINTO; SILVA; JUNKES, 2021).

**Figura 1**  
REDE TOPOLÓGICA DE REFERÊNCIAS DA REVISTA GEOGRÁFICIDADE



Elaboração: autoria própria.

Discuto as implicações dos usos do pensamento heideggeriano a partir do diálogo com o texto de uma das lideranças da *GHB*. Bem como, em sentido geral, com outros/as geógrafos/as que mobilizam seu pensamento sem uma autocrítica necessária, questão que não deveria ser apontada só a

Heidegger. Entretanto, no caso específico, pelas razões que se desdobram no fluxo do texto, a pertinência da questionabilidade merece consideração – sobretudo quando o silêncio do contraditório é a tônica do subcampo da GHB em torno deste caso.

A montagem do ensaio se dá como *lançamento ao futuro – condições de partida – e queda*, a estrutura da temporalidade de Heidegger<sup>2</sup> (2012), âncora do diálogo com o geógrafo mobilizado em potencializar o “erro” do importante filósofo e nazista banal.

Inicialmente questiono a parcialidade do texto “O erro de Heidegger” e sua correlação ao projeto de legitimação do debate/do poder no subcampo, bem como vezes insuspeitos. Em seguida, discorro sobre certas condições de existência topológica deste projeto. Por fim, diante do que penso ser um limite abismal de parte da GHB, tento mapear coordenadas sumárias para um salto, ainda que modesto.

## 2. Lançados ao futuro – ou salvar o ser-si-mesmo?

A pergunta [ou questão] pelo papel do *Judaísmo Mundial* não é racial, mas sim uma pergunta metafísica pelo modo de ser do tipo de ser-homem que *completamente desarraigado* pode assumir o desenraizamento de todos os entes de Ser, enquanto tarefa histórica mundial<sup>3</sup>.

Heidegger, Cadernos Negros, Considerações XIV, p. 243. Itálico no original.

Por que ler Heidegger? É a pergunta diretriz de Marandola Jr. Ele a pinta como difícil, contextualizando-a entre a nódoa nazista, a emergência decolonial e a publicação de parte dos *Schwarze Hefte* (Cadernos Negros)<sup>4</sup>, escritos filosófico-pessoais de Heidegger.

Porém, não é difícil dizer “sim” à leitura de Heidegger na Geografia Humanista, ao contrário, algumas de suas ideias proliferam na centralidade dos argumentos e na periferia das referências obrigatórias. Clássicos de Dardel a Eidorfe Moreira, de Tuan a Relph, de Buttmer a Seamon, para ficar só em alguns óbvios (excetuando Eidorfe Moreira, quase desconhecido da GHB), convidam à leitura. Entre os líderes da GHB que emergem da topologia bibliométrica da Revista Geograficidade e muitos de seus orientandos, para ficar na rede imediata, Heidegger é uma referência constante.

E como seria diferente? A despeito do pensamento conservador apropriado por uma direita que flerta com extremismos na Alemanha e fora dela, o trabalho de Heidegger é um ponto cardeal. A provocação do pensar como coisa viva, o apreço à linguagem, a historicidade situada, proposições da metafísica, a evidenciação do evento-apropriador como dobra sobre o ser-aí transcendendo-o, inferindo a ambiência amorosa-sexual do encontro e, por aí, uma topologia instigante; são exemplos de fruição geográfica.

Junto a isso, toda a produção científica em torno de suas ideias, confrarias erguidas devotando-se a cada escrito, carta, rabisco, na rede planetária capaz de fazer penetrar nas discussões o menor significado possível e impossível, interno e externo, familiar e alienígena de sua obra. Obra cuidadosamente preparada por ele, em termos de publicação, manobrada para lhe reabilitar e, hoje, um espólio financeirizado sob controle familiar férreo, incluindo proibições jurídicas de textos críticos (BADIOU; CASSIN, 2011).

A linguagem cifrado-poética (esotérica para alguns<sup>5</sup>) exorta anseios de “tradução” não só de sua criatividade *Volk*, mas da hermenêutica (que aqui e ali se configura hermética) e abre campo às prescrições de como ler Heidegger na Geografia.

Negligenciar o efeito nos corações de jovens pesquisadores não é praticável, lembro que, em um encontro de trabalho sobre fenomenologia geográfica<sup>6</sup>, fiz uma pergunta similar – por que Heidegger? – a uma jovem iniciando pesquisa sobre patrimônio cultural. A resposta foi comovente, mas não menos preocupante, reproduzo como a lembro, correndo risco de imprecisão: “se autoras como Lígia Saramago [autora de *A topologia do ser*], uma pessoa maravilhosa, usa Heidegger, por que não usar?”

Eis na carne o fenômeno do poder: continuidade do eu no outro que diz sim (HAN, 2019). Modo osmótico da irreflexão ética sobre os usos de termos, conceitos e alusões tomados de Heidegger, acoplados às pesquisas – como a da jovem – de Geografia Humanista. Entretanto, não é frutífero simplesmente perguntar por que ler? Por que não ler? Por que usar? Por que não usar? Tais perguntas tendem a converter-se em retórica fraca.

Questão-muleta para salvar a si mesmo – incluindo si-mesmo-nos-outros – desconsiderando o juízo ético (Marandola Jr. chama de moralista) da questão. Por que ler Heidegger? Pergunta “inautêntica”,

previamente escolhida a resposta-a-caminho: 1. A relação com o nazismo é admitida, mas não passou à violência (MARANDOLA Jr., 2020, p. 208); 2. Circunscreve-se o “erro” às escolhas do homem, não infiltrado em seu pensar filosófico (a não ser para fazê-lo humilde *a posteriori*), protegido na esfera do Ser frente ao ente do ser-homem (STEIN apud MARANDOLA Jr., 2020, p. 208); 3. após o curto período como reitor-nazista (“10 meses de febre” segundo Hannah Arendt), circunscrito no tempo e no ente se pode usar a configuração de sua vida como “pregnante”, inspiradora à Geografia por se fazer – decidida pelo Habitar poético frente ao Estado-nação (MARANDOLA Jr., 2020, p. 220); 4. *Wer groß denkt, muß groß irren* (HEIDEGGER, 1983, p. 81), em tradução livre: “quem pensa grande [ou profundamente], deve cometer grandes erros”, a justificação para, talvez, milhões de cadáveres de *das Man* (a-gente)? Outros sem rosto, dissolvidos na vontade do Ser-si-mesmo-profundamente-pensante, preparando-se para errância eterna à “Segunda Origem” ou “nossa própria época do Ser” (MARANDOLA Jr. 2020, pp. 221).

O convite ao aberto revela o fechamento solene no absoluto da passividade do pensar. Deseja-se uma Geografia menos pretensiosa, mas o que temos é o anúncio de um proto-programa territorial (RAFFESTIN, 1993) exigente de aceitação da época do ser-si-mesmo errático, desconsideração pelo outro em sua concretude (não o outro abstrato-poético que é ipseidade cuja transcendência do ego se replica na avaliação da experiência alheia) desde que possa emergir “nova época do Ser”.

Sintomático a coordenação de dois pontos cardeais no mesmo texto: a) salvar Heidegger – incluindo seu *erro* com aspas, servindo para evitar o enquadramento moral (MARANDOLA Jr., 2020, p. 222) – sem contestação de seus fundamentos; b) calibrar o encontro da geografia fortemente heideggeriana com a emergente abordagem decolonial.

Seja por sincera aproximação ou cálculo institucional – é possível separar os dois? – alguns indivíduos da Geografia Universitária passaram a requerer como “naturalmente seu” o solo epistemológico decolonial e os debates levantados aí. Não estaríamos diante de uma situação, via capitalismo editorial (ANDERSON, 2008) das arquiteturas acadêmicas, de colonialidade interna *soft* que não consegue reconhecer(-se-como-) colonialidade do ser (MIGNOLO, 2005; MALDONADO-TORRES, 2008)?

Tentarei esboçar o não dito desse programa de poder conexo às duas coordenadas sintomáticas. Estar lançado ao futuro parece depender das condições fundantes do ser-si-mesmo que deseja manter-se no outro abstraído. Porém, quero considerar antes um específico *lançar-se* no texto: a parcialidade da pesquisa sobre “o caso Heidegger” que não é ingênua e não se justifica pelo escrúpulo didático.

O fragmento da abertura desta seção é retirado do original em alemão. Heidegger questiona o Judaísmo Mundial (*Weltjudentums*) não por uma questão racial, mas pela questão metafísica: “modo de ser do tipo de ser-homem, que *completamente desarraigado* [os judeus] pode assumir o desenraizamento de todos os entes de Ser, enquanto ‘tarefa’ histórica mundial [que o judaísmo planetário assume]” (inserções minhas).

Relacionar o aparecer, o esquecimento e a aniquilação do Ser com um grupo cultural específico – às portas do expurgo generalizado – no debate que, por sua natureza filosófica, pretende chegar aos fundamentos da existência humana, deveria ser razão mínima, senão suficiente, para aprofundar a pesquisa para fins especificamente geográficos no Brasil contemporâneo, pois não vivemos em um éter suspenso de questões mundanas<sup>7</sup>, *ser-em-situação lugarizada* implica jamais desconsiderar a pluridimensionalidade escalar em nossas articulações conceituais. O “esquecimento no ser” não é uma ideia neutra e universalista, facilmente mobilizável em escalas menores ou experiências singulares, é constituída ou ao menos articulada por Heidegger no plano de uma topolítica alemã do “Ser autêntico” frente aos perigos do “esquecimento do ser” que, entre outros, os judeus e o “judaísmo mundial” seriam representativos.

O texto acentua posições extremas – tática argumentativa para se colocar no local autoindulgente da equidistância usando o parágrafo quase idêntico ao de Badiou e Cassin (2011, p. 17):

De um lado, aqueles que, instalados no culto ao pensador, negam categoricamente que, seja o que for, tanto em sua vida como em sua filosofia, tenha qualquer relação com o nazismo. Do outro, aqueles para quem Heidegger foi em tudo e por tudo um ideólogo do nazismo e até o inspirador, tanto ativo quanto secreto, de seus piores aspectos, e a cujos olhos ele é, por isso mesmo, totalmente desacreditado como filósofo, devendo ser tirado dos programas em todos os países democráticos. Citemos, para que se compreenda do que se trata, o defensor incondicional François Fédier e o promotor implacável Emmanuel Faye.

Com isso, encobre-se uma série de questões mais contundentes do debate que transcende a filosofia. “Há, em Heidegger, textos sobre o lugar do homem na Europa Central. Para ele é central a Europa e o Ocidente Alemão. Há toda uma geopolítica em Heidegger” (LEVINAS, 2004, p. 161). Encobre-se uma fenomenologia autocentrada sem autocrítica. “A ontologia e a filosofia do centro justificam a noção dos poderes centrais e dos exércitos imperiais. Que era o estoicismo e o epicurismo senão a consagração do império? O que são Hegel, Nietzsche, Heidegger, fenomenólogos sem consciência crítica...?”<sup>8</sup> (DUSSEL, 2013, p. 71). Encobre-se críticas filosóficas fortes frente à neutralização de conceitos heideggerianos:

“A profissão de fé em favor de Hitler e do Estado nacional-socialista” (com esse título difundiu-se o pequeno discurso de Heidegger na manifestação eleitoral da ciência alemã, ocorrida no dia 11 de novembro de 1933, em Leipzig) não desafia o julgamento da geração posterior, que não pode saber se não teria cometido o mesmo erro em situação parecida. [...] como Heidegger pode entender a história do Ser como acontecer da verdade e mantê-la imune ao puro historicismo das imagens do mundo ou das interpretações do mundo próprias de determinadas épocas. Interessa-me, portanto, a questão de saber como o fascismo interferiu na própria evolução teórica de Heidegger (HABERMAS, 2000, p. 218-220).

Encobre-se pesquisas que apontam a estratégia de Heidegger em transfigurar usos explícitos do linguajar nazista nos discursos anteriores a 1945, em críticas veladas ao mesmo regime pós-1945, dado o sentido ambíguo (aberto?) explorável em seus textos – incluindo possíveis falsificações por ele cometidas na busca de reabilitação intelectual (KELLERER, 2014), como no texto *Die Zeit des Weltbildes* (O tempo da imagem do mundo), presente em *Holzwege* (Caminhos da Floresta).

Kellerer sugere que a *Kehrer* (Viragem) de Heidegger – que demarcaria a passagem do entusiasta do nazismo ao crítico da tecnicidade moderna levada às últimas consequências por Hitler – tem o signo da encenação. E, como pontua Cassin<sup>9</sup>, a *Kehrer não é de natureza política, talvez por isso Heidegger nunca* tenha dito uma palavra de arrependimento. Cassin enxerga aí o único gesto “belo e bom” pois “seu pensamento possivelmente continuaria nazista” (BADIOU; CASSIN, 2011, p. 33).

No texto a pesquisa de posições não é só parcial. É esquivada às conexões teóricas das escolhas políticas do filósofo, porque persegue *a priori* a salvação de suas ideias à Geografia em diálogo com o horizonte decolonial

crítico a Heidegger e, de passagem, torna sua vida o exemplo eloquente para sermos mais conscientes de humildade.

Porém, não é assim. As biografias mais polidas como a de Ott (1992) e sistematizadas como de Safranski (2000) – anteriores à publicação dos Cadernos Negros – os escritos focados na questão nazista, como de Farias (1998) ou problematizadores do antissemitismo onto-histórico (TRAWNY, 2015) e metafísico (DI CESARE, 2017), a recente defesa algo hermética de Heidegger por Von Herrmann e Alfieri (2016), assim como a leitura dos Cadernos, cujas passagens não são desimportantes, mesmo relativizando sua quantidade no conjunto publicado, compõem um painel para considerações teórico-metodológica e ético-política pertinentes – para além da oposição midiática e de toda francesa entre Fédier<sup>10</sup> e Faye<sup>11</sup>.

Sendo assim, questiono a existência de um proto-programa de poder (insuspeito?) – com possível expressão territorial – da concepção da GHB, embora não se possa ser ingênuo em supor que só este subcampo possui projetos difusos de poder. Circunscrevo a questão em torno da inspiração heideggeriana não efetivamente examinada em termos de aparente neutralidade política de suas ideias, seus usos sem contestação ao título de diálogo propositivo interno ao subcampo da GHB.

### 3. Condições de um projeto de Geografia-do-não-Outro

*Por meio de um talento calculador acentuado, os judeus ‘vivem’ de há muito sob o princípio de raça, pela qual resistem veementemente contra sua aplicação irrestrita. A instituição da cria racial não tem origem na própria ‘vida’, mas sim na subjugação da vida pela maquinação. O que se opera com esse planejamento é a *desracialização total* dos povos através de seu próprio assujeitamento à instituição e recorte uniformizado e unidimensional dos entes. Com a desracialização um autoestranhamento dos povos – a perda da história – o âmbito de decisão do Ser (*Seyn*) vira um só.*  
Heidegger, Cadernos Negros. Considerações XII, 2014, p. 56<sup>12</sup>.

No trecho, por seu talento calculador, os judeus são os que mais vivem sob o princípio racial (*Rasseprinzip*) – dado a segregação em comunidades e reprodução entre famílias, por exemplo, uma lógica da uniformização dos-mesmos – porém, sendo desenraizados, sem lugar, são responsáveis pela “desracialização” (que levaria à autoalienação [*Selbstentfremdung*], uma

perda de história [*der Verlust der Geschichte*]) perigosa ao povo alemão e, por extensão escalar, aos povos do mundo.

Vai mais longe, acusa os judeus de serem contrários ao uso indiscriminado do princípio racial que seria algo próprio deles. Não esqueçamos o contexto em que os judeus seriam contrários ao emprego desse princípio: as Leis Raciais de Nuremberg (1935)<sup>13</sup>, quando a segregação é legalizada para atingir os judeus (TRAWNY, 2015; DI CESARI, 2017) que gozavam direitos de cidadania até então. E atingir um povo não era apenas circunscrever um grupo de indivíduos, mas seus espaços, sua circulação, seu trabalho, suas propriedades, suas relações históricas de habitar, uma *topolítica racializada* emerge daí.

Em favor de Heidegger, ressalta-se que as Leis de Nuremberg, entre outras dimensões da vida cotidiana, impediam o casamento misto e criminalizavam qualquer ato de “poluição racial” (*Rassenschande*). Porém, já era determinação judaico-religiosa a não mistura, o que não a impedia. Arendt (1999) aponta a questão no julgamento de Eichmann:

[...] havia, sem dúvida, algo assombroso na ingenuidade com que a acusação denunciou as infames Leis de Nuremberg de 1935, que proibiu as relações sexuais e o casamento entre judeus e alemães. Os correspondentes melhor informados estavam bem cômicos dessa ironia, mas não fizeram menção a ela em suas reportagens [sobre o julgamento do nazista]. Não era o momento, pensaram, de apontar aos judeus o que estava errado nas leis e instituições de seu próprio país (ARENDR, 1999, p. 17-18, inserção minha).

Porém, diferente do entusiasta Heidegger, Arendt pontua a infâmia das leis, erradas de qualquer posição que se olhe ou viva. As consequências imediatas aos judeus na Alemanha foram amplas demais para ser consideradas qualquer coisa que não infames.

O povo alemão (lutando para não ser desracializado/desenraizado) exerce, na concepção heideggeriana, o centro privilegiado da defesa frente à alienação intencional de outro povo, um não-povo, porque calculista, opera em outra lógica – a moderna.

Vários questionamentos emergiram da *topolítica racializada* germano-greco-centrada (MALDONADO-TORRES, 2008). Desde as consequências éticas não consideradas do *Dasein* como imperialista sobre a face do Outro, desejando convertê-lo em conteúdo epistêmico representável (LÉVINAS, 1980), passando à *pergunta pelo Ser* que impõe uma Ontologia da Totalidade

que contribui para a geopolítica do eterno retorno do mesmo, aniquilando a exterioridade radical (DUSSEL, 2013). Uma série de aspectos onde se acusam caminhos que são mais becos-sem-saída do que clareiras.

O pensamento germano-centrado autoriza Heidegger a excluir até mesmo franceses e línguas não germânicas sem ligação com os gregos – portanto, desprovidas de contato com a fonte do falar-filosófico – em um *volk*centrismo bastante problemático, a despeito da ironia geopolítica contida: “[...] Penso na relação interna especial entre a língua alemã e a língua e o pensamento dos gregos. Isto me foi confirmado repetidamente pelos franceses. Quando começam a pensar, falam em alemão. Eles insistem que não conseguiriam usar sua própria língua”<sup>14</sup> (HEIDEGGER, 1976, p. 217, tradução livre).

A afirmação ocorreu em 1966, em entrevista à revista *Der Spiegel*, corrigidos os originais e autorizada publicação pelo próprio Heidegger após sua morte, 10 anos mais tarde. Transportado ao contexto brasileiro, este germano-grego-centrismo não se resolve na oposição algo ingênua entre o Estado-Nação e o Habitar Poético, presente no subtítulo do artigo aqui questionado; como se um fosse problemático, evitável, pretensioso e outro transparente, salvador e humildemente aberto. Esqueceremos as contradições temerárias que *Heimat* (Pátria) e *Volk* (Povo) sedimentam na “topologia do Ser” no contexto geohistórico em que foram constituídas?

Vamos celebrar as contradições irrefletidas – na base de concepções traficadas à Geografia – como parte do movimento da errância do pensar? Caso se queira celebrar, é possível fazê-la dentro e fora da atmosfera fenomenológica, facilmente rastreável em concepções que lidam com filosofia especulativa. Não é um achado heideggeriano por si. Ainda que o poder de pregnância na poética do “Caminhos da Floresta” (HEIDEGGER, 2015) seja a chave da absolutização da errância como pensamento a caminho.

O salvacionismo faz aparecer o binarismo recorrente: contra uma teleologia programática, a tautologia errática; contra uma atividade decisória a passividade serena; contra sobredeterminações do lugar (quem faz isto?) a sua emergência; contra o desenraizamento (e o sobrevoo) provocado pela Modernidade a proximidade enraizada das comunidades com a Terra. Em outras palavras, a linguagem da autenticidade (HEIDEGGER, 2012) vaza sem uma consideração detida das polaridades dicotômicas.

Considero quatro condições de partida breves, relacionados à “Queda” para GHB, já que é em nome dos aprendizados à Geografia que o “O erro de Heidegger” foi escrito:

1. *O binarismo autêntico-inautêntico para ler o espaço geográfico*. Relph (2012) já refletiu, mesmo que timidamente, sobre os limites do que ele próprio geografizou sobre o lugar autêntico/inautêntico nos anos de 1970. A crítica de Adorno (1973) é só a mais virulenta sobre o jargão da autenticidade de Heidegger:

O conceito declarado [autenticidade] aparece em Heidegger como nada menos que um constituinte do “Da”, a existência. Por detrás deste jargão está uma doutrina determinante da relação eu-tu como o local da verdade – uma doutrina que difama a objetividade como coisificação e, secretamente, fomenta o irracionalismo; [...] no final, a estupidez se torna o fundador da metafísica<sup>15</sup> (ADORNO, 1973, p. 16; em livre tradução).

Bipartição estabilizadora do ser-no-mundo, impõe como existencial uma metáfora classemediana, no dizer de Adorno. O pensamento feminista e *queer* (KRISTEVA, 1982; BUTLER, 2017) denuncia – ao ponto *da abjeção* escapar para além até do que o inautêntico pode prefigurar – os efeitos asfíxiantes em termos de política dos corpos e lugares. Nem amarrar as polaridades em um espectro caridoso pode apagar o princípio da segregação que introduzem, pois autêntico e inautêntico deseja ser verdadeiro e falso, superior e inferior, eu e eles, opera por ascese de um dos termos sobre o outro.

Reconheçamos a sedução da unidade-bipolar para quem está predisposto a abraçar “erros” sem considerações topolíticas no poetizar dicotomias (lidas como ambiguidades). No artigo, a crítica da técnica e a valorização do ser situado errático seriam achados de Heidegger, o assegurando na contemporaneidade do debate<sup>16</sup>. Não se percebe que “(...) existem outros caminhos que conduzem para fora da filosofia do sujeito” (HABERMAS, 2000, p. 195). Fiel aos caminhos da *Black Florest*, o geógrafo questiona:

Não é disso que trata o pós-colonialismo e a descolonialidade? Da importância do pensamento situado, da emergência e das tensões de um modelo de pensamento que traz o Outro para o campo do Mesmo? O pensamento de Heidegger pode ser fecundo, em seus erros e aberturas, para confrontar a tradição metafísica e vislumbrar outras possibilidades de ser-pensar, o que já está fartamente disponível como pensamentos situados em diferentes regiões do mundo (MARANDOLA Jr., 2020, p. 219).

Poderíamos responder “não”. Embora, para os pós-coloniais e decoloniais importe o pensamento situado, não é o compromisso político-filosófico o mais importante. A emergência e tensões de trazer “o outro para o campo do mesmo” – questionado pela decolonialidade – é um movimento bastante identificado ao pensamento heideggeriano. Se há fartas possibilidades disponíveis, por que precisamos daquele que é a sublimação do sujeito (o outro-de-si-mesmo)? Heidegger não faz da sua filosofia o enfrentamento da radicalidade do Outro e das agruras do Nós, está mais preocupado com a “[...] diferença entre o ser do ente tematizado pela metafísica e o Ser que está na origem de toda tradição ontológica grega, à ‘diferença ontológica’” (LOPARIC, 1990, p. 162-163).

Notemos que, para além de estabelecer um diálogo entre a Geografia inspirada em Heidegger e a Geografia Decolonial Latina, o que está implícito é: o projeto decolonial, em essência (não é disso que se trata?), já era espelhado no pensar do filósofo – e na sua vida como aprendizado para todos. Seria uma espécie de *consentimento* dado por Heidegger aos pensamentos situados do mundo (ao confrontar a tradição metafísica e vislumbrar outras possibilidades de pensar numa filosofia da diferença entre ente e ser)?

Entretanto, decoloniais e pós-coloniais na linha de frente da tessitura teórica não ignoram Heidegger, todavia o tomam desde uma posição questionadora:

Tal como Heidegger, Mignolo relaciona ser e linguagem. Mas ao contrário de Heidegger, que glorificou uma língua específica e adotou uma forma forte de racismo epistêmico, Mignolo indica o locus da colonialidade do ser como o ser-colonizado que forma o lado mais escuro das reflexões de Heidegger. Este ser-colonizado emerge quando poder e pensamento se tornam mecanismos de exclusão [dos judeus], tal como já haviam sido as propostas de Heidegger [referindo-se ao enraizamento do povo na sua casa para assegurar seu futuro na universidade frente a judaização] (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 89)<sup>17</sup>.

A inseparabilidade das línguas e os lugares do conhecimento – que elas inscrevem – explicitam a necessária relação entre colonialidades do poder e do saber para constituir a colonialidade do ser, como investiga Mignolo (2006). Maldonado-Torres (2008) enxerga na valorização da língua como lugar de inscrição do saber uma proximidade temática entre Mignolo e Heidegger, mas com consequências argumentativas completamente diversas.

2. *Descaminhos de uma mesma topografia (multiplicidade sem diferença)*. É isto que o racismo epistêmico pode provocar. Confundimos a diferença com a variação do mesmo. Confundimos caminhos da floresta temperada alemã, suas paisagens e ricas tradições relacionais com a totalidade do possível para caminhar, sem exterioridade plena.

Não cabe aqui fazer um balanço se algo do racismo epistêmico – apropriado como abraço da diversidade fraca – enxerta-se à geografia humanista de influência heideggeriana, quem a mobiliza deveria se questionar minimamente, o que nunca é feito. Porém, se a historicidade da Geografia das velas desfraldadas é celebrada sem uma consideração sobre quem elas são desfraldadas, em um prazer mágico de penetrar territórios selvagens, virgens... (DARDEL, 2015); se temos que nos reportar a Gaia para sermos-situados em um segundo brilho tropical (MARANDOLA JR., 2021), se o habitar ribeirão-marajoara inscreve-se nos limites do *Dasein* (SILVA, 2017) e; preciso me implicar, se a estrutura da temporalidade do ser-aí molda experiências lugarizadas em projetos de assentamentos (PANTOJA, 2018), é possível vislumbrar algo da sombra heideggeriana.

Mesmo valorizando vivências lugarizadas, a configuração conceitual (até mitologias e ontologias) ainda é germano-greco-centrada, um exercício de validação de nossa existência geográfica no infinito do Ser pela conceituação filosófica longínqua e percebida como poeticamente elevada.

Zoe Todd, antropóloga indígena Métis, questiona esse modelo recorrente de colonialidade (disfarçado de debate ontológico, como em uma palestra de Bruno Latour) por seus efeitos de apagamento e roubo de conceitos indígenas como se fossem, originalmente, só europeus. Obliterando o diálogo em seus aspectos geopolíticos:

Ele [Bruno Latour] não mencionou Inuit. Ou Anishinaabe. Ou Nehiyawak. Ou quaisquer pensadores indígenas. Na verdade, ele passou um bom tempo dialogando com um pensador escocês [David Hume], morto há muito tempo. E com Gaia. [...] No entanto, fiquei pensando, quando vou ouvir alguém fazer referência a pensadores indígenas de uma forma direta, contemporânea e significativa na Europa? [...] referenciando e citando pensadores indígenas de forma direta, inequívoca e generosa. Como pensadores de pleno direito, não apenas como representantes desencarnados de uma indigeneidade amorfa que serve aos objectivos intelectuais ou políticos europeus, e não apenas como sujeitos de investigação ou “colaboradores” vagamente definidos. Como filósofos e intelectuais dinâmicos, ponto final<sup>18</sup> (TODD, 2016, p. 7, inserção minha).

Não estou julgando possíveis ganhos compreensivos em cada um dos trabalhos baseados na língua heideggeriana, menos ainda a potência de sua filosofia espacial, mas as implicações topolíticas não examinadas para um futuro geográfico teoricamente autônomo e eticamente transformador de nossas relações do fazer, do saber e do ser juntos ou relacionais. Especialmente quando partimos de uma concepção sugestiva de racismo epistêmico.

3. Do ponto de vista acadêmico-territorial, uma condição de partida do pensamento geográfico humanista de inspiração heideggeriana é o *encontro de outras articulações teóricas*, reveladora de um conservadorismo interpretativo dos fenômenos – e continuidade de um “eu” sobre “outros” em rede de ensino e pesquisa que perpetua a referencialidade do “mesmo” em escala territorial mais ampla.

Evidentemente, não é exclusividade da GHB esta configuração de poder (HAN, 2019). Embora, no Brasil, geógrafos/geógrafas humanistas ou inspirados/as na fenomenologia busquem se reconhecer no enfrentamento vívido de padrões academicistas no passado recente, cada um a seu modo e em lugares diferentes do território, ao que posso me incluir. E não é incomum discussões nos círculos fenomenológicos sobre a desvalorização das metodologias, focos de pesquisa e as concepções de base mobilizadas para compreender a natureza da realidade topológica. Evoca-se princípios de pluralidade, dialógica, humildade, poética, e há outros reconhecíveis na GHB: emoções e imaginários como tão válidos para estudos e mobilizações políticas quanto objetos materiais definíveis, a convocação à subversão e à criatividade teórico-metodológica, a consideração cuidadosa dos sujeitos que, como pesquisadores/as, estão mergulhados no Mundo da Vida, não separáveis, em situação (ou situações-limites) que reorientam nossos modos de pensar-sentir-criar. De modo que é paradoxal que a GHB mobilize tais discursos e padeça de reinvenção de outras “geofigurações” de encontro, ao ponto de tender a parasitar as emergências de outros campos, ferozmente críticos à própria fenomenologia.

Institucionalizada e hoje reconhecida pela ciência geográfica nacional, o que não é pouco, já que a Geografia Humanista era invalidada há uma ou duas décadas atrás; atualmente, com representatividade em eventos nacionais e internacionais, bem como redes consolidadas

de pesquisa; pode ser que haja uma tendência do pensar vacilante, do quietismo político à espera, satisfeita com muitos caminhos dentro da mesma topografia de floresta temperada, perdendo-se e encontrando-se em si (embora feita de muitos e diversos, algumas mesmas matrizes se replicam regional e nacionalmente).

A tendência conservadora já se reconhece nas referências mobilizadas na GHB. Sem sair do eixo dos clássicos da fenomenologia-existencial, há um silêncio mortificador sobre os avanços realizados por Edith Stein (1964) na compreensão da experiência coletiva e de espaços relacionais da empatia; a ética do outro radical frente à ontologia do eu – já mencionada neste ensaio – que inaugura um debate sobre o espaço exterior à totalidade de Lévinas (1980) é pouco mobilizada; um desconhecimento quase absoluto das conexões entre orientação sexual e orientação geográfica de Sara Ahmed (2006); ou ainda o caráter estético-político que fundamenta a fenomenologia da pele negra e os efeitos (geo)psicológicos do racismo em Fanon (2008).

Até Husserl é abordado de maneira quase protocolar – referido como fundador da Fenomenologia, sua amplitude teórico-metodológica para fins geográficos é ainda pouco apropriada e surpreende não ser uma referência de primeira ordem na *Geograficidade*. Hannah Arendt frequenta mais a teorização da Geografia Crítica do que da GHB. Karl Jaspers é anulado, mesmo tendo contribuições existencialistas amplas, além de sua trajetória que é, ao mesmo tempo, proximal e antitética a Heidegger. Seus escritos popularizaram o existencialismo com provocações frutíferas das “situações-limite”. Por anos amigo de Heidegger, sua vida indica que associar-se ao totalitarismo não era uma inevitabilidade e, portanto, talvez um exemplo mais efetivo de humildade e pluralidade dialógica. Diálogo é seu princípio fundante (ARENDE, 2008).

É de Jaspers a recusa veemente da *segunda época do ser* de Heidegger, o que implicou o fim da amizade (SAFRANSKI, 2000; LILLA, 2017). Após os horrores da guerra, da inimaginável “solução final”, das colaborações entre intelectuais e o regime; outros, como Jaspers e sua esposa – ela judia – mantinham pílulas de cianeto para suicídio caso presos.

Você depois escreve: “Nesta falta de lugar [...] esconde-se um advento”. Meu horror cresceu quando o li. Até onde consigo ver, é puro devaneio, como tantos devaneios

que – sempre “no seu momento certo” - nos iludiram no último meio século. Você está prestes a desempenhar o papel de um profeta que revela o sobrenatural através de uma arte do oculto, um filósofo que foge da realidade?<sup>19</sup> (HEIDEGGER; JASPERS, 2003, p. 169. Carta de Jaspers à Heidegger, originalmente 1952. Tradução livre).

Porém, uma sombra territorialmente conservadora parece, senão impedir, ao menos constranger caminhos para o exterior da mesma floresta errante. O pensamento a caminho pode ser uma lenta condução pastoreada ao matadouro da criação científica geograficamente comprometida, em favor da convidativa ocultação profética que anuncia um novo nunca realizado – e se realizado, não era o novo profetizado, mantendo assim os profetas (pastores do ser?) em seus cargos de autoridade.

Diálogo com uma Fenomenologia do Sul (FALCÓN<sup>20</sup>, 2020) de constituição latino-americana é quase inexistente, talvez pelo efeito da sombra não admitida ou contestada.

No Brasil, são até citados Ernildo Stein e Benedito Nunes, mas apenas como preâmbulos para algum conceito do filósofo germano-centrado. O que é um desperdício, dado o monumental trabalho, por exemplo, de Benedito Nunes sobre arte, literatura e historicidade em franco diálogo, mas não esgotado, com Heidegger.

Especificamente, o quase desconhecimento e reduzida mobilização do pensamento de Eidorfe Moreira (1989; 2012, originalmente 1960), já mencionado, é exemplo do efeito de sombra e apagamento da GHB. Em outro trabalho irei avaliar este caso de “mapa incoordenado” das contribuições de geógrafas/os e pensadores/as fenomenológicos/as amazônicos/as.

Defini algumas condições de partida inferidas e extrapolei para uma GHB por entrever espaços lacunares mais abrangentes de enfrentamento teórico-ético-metodológico que vazam do texto. Há uma última condição de partida, porém, que seria irresponsável extrapolar, embora deva ser considerada em algum nível:

4. *A negação da violência simbólica*. Marandola Jr. (2020, p. 208) admite, afinal é inevitável diante de leitura dos Cadernos Negros, “traços claros de antissemitismo e empolgação em relação ao regime [nazista], [mas que] não passam ao estágio seguinte de perseguição e violência”. Mesmo que, de maneira sumária e sem maiores aprofundamentos, repita Ernildo Stein e “reconheça uma posição ‘estranha’ que busca relacionar a

judeidade ao esquecimento do Ser” (STEIN apud MARANDOLA Jr., 2020, p. 208). Encerra aí a questão.

Confesso que me é incompreensível essa afirmação, sobretudo se pensarmos as distintas rubricas da culpa alemã – criminal, política, moral, metafísica – propostas por Jaspers (2018), sem esquivas. Não é o próprio Heidegger que retira uma filosofia florescente do Ser do Nacional-Socialismo (Nazismo) como princípio bárbaro? Não é ele que alerta para os revezes que este princípio de ação teria se banalizado como sermão?

O Nacional-socialismo é um princípio bárbaro. Esta é sua essência e possível grandeza. O perigo não é ele mesmo – mas ser banalizado em uma pregação sobre o verdadeiro, a bondade e a beleza (como em uma noite de treinamento escolar). E que aqueles que querem fazer dele sua filosofia, não acrescentem nada além da “lógica” obsoleta do pensamento comum e da ciência exata, em vez de compreender que essa “lógica” mesmo agora está em perigo e sofre a necessidade de renovação (HEIDEGGER, 2014, p. 194, tradução livre)<sup>21</sup>.

Separar o discurso violento da ação violenta nega o próprio pensamento situado e a caminho de Heidegger, sobretudo porque não estamos falando de um discurso que se perde no imediatismo, mas se inscreve numa filosofia de fôlego, cuja reticularidade prova seus desdobramentos em campos dos mais variados da vida humana, em diferentes territórios pelo globo.

O fenômeno do poder (incluindo o poder da violência simbólica) exige, em termos operacionais, não colocarmos o ato em um polo e o discurso no outro, já que constituem um espectro intersubjetivo. Evidentemente, não são idênticos ou simétricos em seus resultados, mas é um dos princípios da Fenomenologia Existencial perceber os fenômenos na sucessão de seu aparecer aos sujeitos (SARTRE, 2005), sem cair no empirismo e no subjetivismo que essa polaridade prenuncia.

“O princípio bárbaro” remete ao romantismo que delega à paixão da ira a refundação do mundo, recorrente no pensamento alemão (DI CESARE, 2017) e reconhecível em Nietzsche antes e, por exemplo, Sloterdijk (2012) hoje, quando este fala dos “bancos da ira”, reservas da raiva coletiva manobradas por lideranças à esquerda do espectro político para fazer eclodir (ou fazer adiar, mantendo acesas paixões raivosas históricas) o principiar de revoluções. Estranho é ele não vislumbrar uma economia irada neoliberal-colonialista.

Não pretendo suprimir a ira enquanto aspecto modelar da ação geohistórica. Fingir sua negação pode servir a um discurso anêmico sobre as diferentes sedimentações que provocam espessuras-clivagens dos espaços relacionais. Porém, a ira não é simples barbárie, muito menos um princípio “belo” de um movimento específico. Cultivar sua beleza no plano da poética não evita enfrentar seus efeitos no plano das geograficidades encarnadas, na realidade, em certos contextos, podem ser intimamente relacionais.

Malpas (2016; 2018), recorrente na GHB, cujo pensamento topográfico está comprometido com Heidegger, não se furta a explicitar nos Cadernos Negros a intoxicação nacional-socialista, bem como o caráter repreensível e angustiante do antissemitismo, posterior à “viragem”, ainda que destaque também a serenidade que emerge no pós-guerra e menor presença dos excertos antissemitas em sua parte final. Porém é perspicaz em alertar uma possível razão para tal: “[...] pode-se argumentar, de fato, que a maneira como aparece [o antissemitismo nos Cadernos Negros, angustiante e repreensível, embora não um tema recorrente] sugere que é quase algo dado como certo, de modo que é tratado como pouco digno de comentário, seja a favor ou contra [...]”<sup>22</sup> (MALPAS, 2018, p. 110).

Um fragmento, cujo paradoxo encerraria o cerne da questão, é mobilizado por duas vezes no artigo (BADIOU; CASSIN, 2011, p. 25 apud MARANDOLA JR., 2020, p. 202 e p. 222) – expressaria ambivalência e dificuldade de ler Heidegger – a segunda vez citada encerra o texto: “[...] sim, Heidegger foi um nazista, não um nazista de primeira importância; um nazista banal, pequeno-burguês de província. Sim, Heidegger é sem dúvida um dos filósofos mais importantes do século XX”.

Não há qualquer descuido na repetição. Há sobre-determinação. Tentativa de reter o efeito que o paradoxo pode imprimir lido no binarismo da ascese de um termo sobre o outro. Badiou e Cassin (2011, p. 49) estavam conscientes ao escrevê-lo, “a filosofia que se vire!”, um caminho (da floresta?) sem saída (ou todas possíveis?).

Para a Geografia, o fragmento reitera a grandiosidade do filósofo e que devemos aprender com suas decisões erradas. Se foi um pensador maior, foi um nazista menor. Ao longo do artigo a própria banalidade é, em alguma medida, examinada em favor do filósofo e de sua viragem linguística rumo ao futuro do Ser na precariedade do pensar. No entanto,

não esqueçamos que uma pensadora judia, Hannah Arendt, próxima a Heidegger, chamou a atenção para o mal emergente desse apequenamento burguês e provincianismo banal.

É improvável que Arendt (1999) comparasse a vida de Eichmann – nazista menor, encarregado da deportação judia na Áustria, condenado à forca em Jerusalém, 1962 – à de Heidegger – de quem foi estudante, amor, o condenou por febre pelo regime e, por fim, trabalhou na sua reabilitação pós-guerra. Porém, não deixemos de reter que a “banalidade do mal [...] desafia as palavras e os pensamentos” (ARENDDT, 1999, p. 274).

Ao mobilizar o fragmento de Badiou e Cassin (possivelmente conscientes do que o termo “banal” queria fazer ver no paradoxo), Marandola Jr. não reconhece as implicações topolíticas do mesmo, ou, se reconhece, não explora simetricamente a sua urgência, reservando-se ao poder de apequenar o “ente-político” em favor do grande “ser-filósofo”.

Abre-se o abismal da questão que lançou Arendt, sem nunca ter negado a importância de Heidegger como seu professor, filósofo e amor: frente à celebração algo tirânica do *ser-para-a-morte* destinada ao singular *Dasein*, fez ver a pluralidade do *amor mundi* pelo milagre de *ser-nascido e poder-iniciar* (ARENDDT, 2013).

Há beleza em ficar a caminho, porém, aí também está o perder-se sem saída – ao que um efetivo caminho da floresta tende a levar – ou tomar qualquer caminho (justificável?) desde que se possa tomar outro e outro e outro (todos/as/es podem?) sem sair do ser-aí-mesmo, na mesma clareira, na certeza de que não atravessar a ponte – ou não construir um desvio para saída – pode assegurar sempre estar, paradoxalmente, certo.

Safranski (2000) afirmar que Arendt compreendeu a filosofia de Heidegger até melhor do que ele próprio (não enxergo uma completude do trabalho de Heidegger no de Arendt, pois completar supõe, ainda, estar perseguindo o inacabado do Mesmo) porque ela não permaneceu subser-viente em admiração passiva, não permaneceu no caminho a caminho, ela cruzou, completou, encruzilhou, desviou, vicinalizou seu pensar e pôs-se em vertical (MERLEAU-PONTY, 2012) diante do que era Mesmo.

Para além de caminhos indecidíveis na *Black Florest* alemã, estamos em encruzilhadas (PRECIADO, 2020) de *caminhos feitos no pé* – me ensinou uma mãe transamazônica sobrevivente de emboscada, malária, fome e

pressão latifundiária – cuja decisão nos compromete, pessoal e coletivamente, na carne.

#### **4. A Queda – contra uma Geografia Humanista extática pelo “novo começo”**

Tu, preso a teu mais profundo,  
saís de ti  
para sempre.  
Paul Celan<sup>23</sup>

Meu fluxo de consciência – depois retrabalhado por múltiplas entradas dialógicas contribuintes ao texto – até pode ser acusado de vazio ao levantar questões algo fantasmagóricas que deveriam ser enfrentadas de dentro da GHB.

Porém, é sintomático que não tenhamos explicitamente questionado a relação entre filosofia e fascismos (não só indícios de conexões nazistas aqui discutidas), bem como as consequências de ideias traficadas para contextos diferenciais como se fossem livres do “solo” existencial de sua produção e flutuassem desamarradas de uma economia de poder simbólico do campo científico, disponíveis para sua mobilização indiscriminada.

Se o futuro não pode ser buscado, apenas preparado, o adiamos na fuga para frente numa espécie de milenarismo<sup>24</sup>. Se a linguagem é morada do “Ser” (seja lá o que seja Ser), este é autocontido na esfera simbólica da realidade. A própria pergunta pelo Ser pode esconder o escapismo do mundo, sobretudo quando tomamos o “ente” como os outros possíveis do mundo em sua ipseidade abundante.

De onde consigo olhar (um professor de Geografia em Belém do Pará), a proposta retirada do “erro de Heidegger” é equivocada em diferentes níveis. E os ganhos anunciados no texto – pensar a caminho, passividade do refletir, pluralismo humilde de linguagem poética – não têm originalidade específica, são encontráveis em discursos cujos referentes passam longe de Heidegger.

O texto indica elementos conservadores e topoliticamente inconsequentes. Pluralidade, em sentido amplo, deve fundamentar a pesquisa

e a educação. Porém, não penso que o preço pago por ela brote da poética heideggeriana. “Assumir a precariedade de nossas investigações” (MARANDOLA Jr., 2020, p. 220) exige consideração, mas pode obliterar ao menos dois sentidos de precariedade: a) indigência; b) inconsistência; além de lançar um verniz moral em um debate que se diz não moralista frente às possíveis críticas que podem ser vistas, de partida, como *contra a humildade* anunciada.

Quantas vezes não escutamos o apelo à humildade? Desconfio da retórica da modéstia, notadamente quando parte de posições assimétricas no plano dos discursos acadêmicos. Exorbitar avanços de qualquer filosofia pelo que não é, mais confunde que esclarece a afirmação, muito geral, de pluralidade/humildade outorgada ao pensamento do filósofo. Escavar sua mesmidade – encontrando-a, quase inalterada, em certos filósofos e geógrafos ainda que latino-americanos, por exemplo – pode ser um beco-sem-saída a outros sentidos geográficos.

O “habitar poético”, ontologicamente amarrado a um espaço-tempo não enfrentado em sentido topológico – no caso, a mobilização de concepções lugarizadas cunhadas no contexto pensado-vivido-sentido de Heidegger para a realidade brasileira contemporânea sem consideração de seu significado político também lugarizado – pode exalar uma postura subserviente a despeito de mobilizarmos visões críticas para dialogar com nossa fenomenologia de base.

O apelo à compreensão contextual dos Cadernos Negros (MALPAS, 2016), deve ser lido na radicalidade do sentido de contexto (e posição) do pensar que nos escapa quando queremos “enxergar em toda parte” as (mesmas?) errâncias caminhantes.

Não demonizar Heidegger – e sua filosofia – é tão necessário quanto avaliar seus limites em termos de “onde alguma coisa dá início a sua essência” (HEIDEGGER, 2012, p. 134), o que também põe em perspectiva: a conexão fraca ou forte com o nazismo, os binarismos essencialistas, o racismo epistêmico, a variância do mesmo (tautologia insuspeita) e o encobrimento da diversidade de perspectivas por êxtase. Condições passíveis de enfrentamento direto pela Geografia Humanista, ao menos a de inspiração heideggeriana ou a que silencia, consente e é entusiasta por partilhar de sua sombra obliterante.

Humanismo é um termo esquizoide; tendemos a enxergar o polo da poesia, da arte, da filosofia; esquecendo que comporta efeitos de socialização castradoras e, no limite, conteúdos aterradores, das experiências do holocausto e, antes, via escravização de povos de África e assassinato colonial massivo. Se nos aferramos ao humanismo, talvez precisemos de um Humanismo Mais-que-humano para a Geografia, a partir da escuta – uma escuta dialógica – de concepções originárias e ancestrais amazônicas que já sinalizam fenômenos varadouros há séculos sem que isto signifique uma “etiqueta decolonial”; ou existências de encruzilhadas cuir-periféricas para os quais os binarismos (autêntico-inautêntico, técnica-arte, artifício-natureza etc.) entram em curto circuito; sobretudo questionar modos existenciários que pretendiam recobrir toda a diferencialidade do humano com certo elitismo de realização plena para a morte que falha, miseravelmente, em sentir a gutural nervura de “não ser-aí”.

E, quando uma pesquisa encobre posições diferenciais (e não só binárias) sobre o “caso Heidegger”, ela fragiliza o convite às perguntas abertas de outros pesquisadores, explicitamente em termos científicos-ético-políticos.

Na analítica existencial, “A queda” (*Verfallen*) é a condição silenciosa-insidiosa do viver no aqui-agora sem projeto de si, retido nas soluções comuns e na repetitividade hodierna. É o local do *apinhamento diluidor no comum* da decadência do “a-gente” (*Das Man*). Dessa linguagem já me distanciei há muito, mais nubla do que revela, pela *lógica dicotômica da ascese*, a compreensão geográfica; ainda que funcione, já o disse, enquanto (com)figuração de uma economia disciplinadora do *olhar sobre o mundo*.

Porém, usando os próprios termos do *dasein*, no texto “O erro de Heidegger” temos a aceitação precarizante d’A Queda, “a-gente” mantém-se extasiada por outro começo que nunca vem. O caráter retórico e milenarista é por demais evidente para não se desconfiar. Não há impulso para um salto frente à situação-limite (JASPERS, 1958) diante desta sedimentação a caminho do caminho do caminho.

Quando vamos assumir as consequências topológicas dos usos filológicos e geográficos que realizamos e replicamos? Quando vamos desestabilizar absolutamente nossas referências geofilosóficas heroicizadas, enfiando-se na diferença geográfica encarnada em ato político de descentramento radical? Porque não basta, como chancela do bom-mocismo

acadêmico, enfileirar abstrativamente os outros: marginalizados, excluídos, precarizados, silenciados, apagados, “outro” abstraído da transcendência do ego, um “outro” que posso ser e por isso posso falar na língua genérica de todos que são mais-ou-menos-eu. Engarrafamento de nomes que podem servir sempre à nossa condescendência cientificamente inscrita (inclusive em tons poéticos) que mais contribui do que se insurge contra o que denunciamos.

Nossas geografias precisam ser criadas, vividas, compartilhadas, ensinadas conosco atirados no mundo, mas este atirar não é puro desamparo e pura liberdade errante, fenômenos históricos e geográficos transversais enredam nosso corpo, demandam responsabilidade pessoal e coletiva, impõem que qualquer liberdade de ser, seja liberdade de ser-junto-com ou, dado que há forças que desejam a destruição e a distribuição intencional da economia da morte, temos que fazer geografias em atos corpolíticos: inscrever uma carnalidade enxertada de artifícios estratégicos de luta e acolhida, descentramento das ontologias regionais e novas coordenadas geográficas *do entre*.

Até concordo com algumas conclusões de Marandola Jr. É honesto admitir que escreveu o texto para justificar seu próprio interesse em Heidegger, é sensato a leitura e a releitura, o convite ao diálogo e à experimentação em uma Geografia de caminhos ou, como prefiro, Geografias Vicinais. Porém, talvez só pareça concordância porque a diluição errante do pensar a caminho provoca – mesmo querendo-se situado – uma tendência à generalização e certa obviedade discursiva que é moeda comum *entre-a-gente*.

Questionar os pressupostos heideggerianos – o que não significa proibi-los ou abandoná-los de todo – questionar os professores-pesquisadores que fazem um exercício de poder no continuísmo do si-no-outro; variar estes referentes mais do que fazemos ou admitimos, rasurar os clássicos e fazer colidir a mesmidade que está garantida no corpo em rede de projetos e grupos de pesquisa que paroquializam e paroquializam-se, uma economia assimetricamente distributiva de poder simbólico (e não só simbólico) na produção da ciência, incluindo a Geografia.

Precisamos ir às encruzilhadas geográficas da vida para não só abstrair precariedade, humildade, pluralidade, mas provocar seus gestos mesmo

no silêncio, sentir seu gosto pelos dedos do estranho, compartilhar a geograficidade do (des)encontro radical para o qual a própria poética e os conceitos científico-filosóficos falham em encapsular.

Caso contrário, perguntar pelo “Ser” e suas segundas *épocas* pode significar um salvo conduto para emprestar nossas vozes às violências simbólicas reiteradas. A voz passiva e poética pode ser – sem nunca o admitir para si – o caminho errante à barbárie.

## Notas

- 1 Link: <https://drive.google.com/drive/folders/1EavAEBE6bmoMPJKooENlYsCtWRnUDggy?usp=sharing>. Agradeço a colaboração dos pesquisadores Cíntia Cristina Lisboa da Silva e Adir Fellipe Silva Santos.
- 2 [...] a totalidade existenciária do todo-estrutural ontológico do *Dasein* deve ser formalmente apreendida na seguinte estrutura: o ser do *Dasein* significa: ser-adiantado-em-relação-a-si-em (-o-mundo) como ser-junto-(ao-ente-do-interior-do-mundo que vem-de-encontro) (HEIDEGGER, 2012a, p. 539).
- 3 No original: *Die Frage nach der Rolle des Weltjudentums ist keine rassische, sondern die metaphysische Frage nach der Art von Menschentümlichkeit, die schlechthin ungebunden die Entwurzelung alles Seienden aus dem Sein als weltgeschichtliche "Aufgabe" übernehmen kann* (Heidegger, Heidegger, *Schwarze Hefte, Überlegungen XIV*, 2014, p. 243. Itálico no original. Tradução cotejada com a de Soraya Hoepfner. Cf. Trawny, 2015, p. 39).
- 4 Os Cadernos Negros são apontamentos de caráter filosófico de Heidegger. 34 cadernos de capa preta encerada, entre 1930 e 1970: Considerações (14 cadernos), Notas (9), Quatro Cadernos (2), Indicações (2), Ínterins (4), Vigiliae (2) e Notturmo (1). O conjunto não foi preservado, falta o Considerações I.
- 5 O esotérico não tem sentido estritamente pejorativo: “O pensamento de Heidegger é [...] essencialmente esotérico [...] travessia incessante para o *adyton* [espaço do templo grego só acessível aos sacerdotes], uma resposta sempre ainda pendente à sua própria im-possibilidade” (TRAWNY, 2013, p. 26).
- 6 XIII ENANPEGE, São Paulo, 2019. Grupo de Trabalho: Fenomenologia da Experiência Geográfica.
- 7 Não sobrevive algo da fenomenologia transcendental, purificação do ente no Ser, mesmo na “viragem”?
- 8 No original: *La ontología y la filosofía del centro justifican la noción de los poderes centrales y de los ejércitos imperiales. ¿Qué era el estoicismo y epicureísmo sino la consagración del imperio? ¿Qué son Hegel, Nietzsche, Heidegger, los fenomenólogos sin conciencia crítica...?*
- 9 Apenas Cassin assume a posição, o livro tem “controvérsias” com momentos individuais dos coautores.
- 10 Tive acesso só a fragmentos do texto de Fédier: “Heidegger. Anatomie d’un scandale” (1992).
- 11 Para o debate do livro de Faye: “Heidegger, l’introduction du nazisme dans la philosophie” (2010) com a presença de Fédier, cf. <https://www.youtube.com/watch?v=YLlxK7suxKc>.

- 12 No original: *Die Juden "leben" bei ihrer betont rechnerischen Begabung am län gsten schon nach dem Rasseprinzip, weshalb sie sich auch am heftigsten gegen die uneingeschränkte Anwendung zur Wehr setzen. Die Einrichtung der rassischen Aufzucht entstammt nicht dem "Leben" selbst, sondern der Übermächtigkeit des Lebens durch die Mächenschaft. Was diese mit solcher Planung betreibt, ist eine vollständige Entrassung der Völker durch die Einspannung derselben in die gleichgebauten und gleichschnittige Einrichtung alles Seienden. Mit der Entrassung geht eine Selbstentfremdung der Völker ineins – der Verlust der Geschichte - d.h. der Entscheidung gsbzirke zum Seyn* (Heidegger, *Schwarze Hefte, Überlegungen*, p. 56. Tradução cotejada com a de Soraya Hoepfner. Cf. Trawny, 2015, p. 39).
- 13 As posições de Di Cesare (2017) e Trawny (2015) são questionadas por Von Herrmann e Alfieri (2016), embora estes não consigam explicar termos ensoçados de cunho político-racial do contexto. Kellner (2014) aponta o uso específico do jargão nazista em "O tempo da imagem do mundo".
- 14 No original: *[...] ich denke an die besondere innere Verwandtschaft der deutscher sprache mit der sprache der griechen und dere denken. Das bestätigen mir heute immer wieder die franzosen. Wenn sie zu denken anfangen, sprenchen sie deutsch; sie versichern, sie kämen mit ihrer Sprache nicht durch.* Entrevista completa original cf. <https://publitz.org/wp-content/uploads/2018/03/Heidegger-Spiegel-31-05-1976.pdf>.
- 15 No original: *The concept of statement appears in Heidegger as nothing less than the constituent of the Da, existence . Behind this jargon is a determining doctrine of the I-thou relationship as the locale of truth- a doctrine that defames the objectivity of truth as thingly , and secretly warms up irrationalism. As such a relationship, communication turns into that transpsychological element which it can only be by virtue of the objectivity of what is communicated; in the end stupidity becomes the founder of metaphysics.*
- 16 Habermas (2000) não enxerga a originalidade na crítica de Heidegger à técnica. Discordo, há *insights* sobre "essência da técnica" como *Gestell*, senão inovadores, interessantes.
- 17 Maldonado-Torres tirou de Bambach (2003, p. 53) o trecho de Heidegger à Victor Schwoerer em 1929: "I would like to say more clearly here what I could only hint at indirectly in my report. At stake is nothing less than the pressing consideration that we stand before a choice: either to provide our German spiritual life once more with genuine forces and educators rooted in the native and indigenous [bodenständige] or to deliver it over ultimately (in the broader and narrower sense) to increasing Judification [ Veryudung]".
- 18 No original: *He did not mention Inuit. Or Anishinaabe. Or Nehiyawak. Or any Indigenous thinkers at all. In fact, he spent a great deal of time interlocuting with a Scottish thinker, long dead. And with Gaia. [...] However, I was left wondering, when will I hear someone reference Indigenous thinkers in a direct, contemporary and meaningful way in European [...] by citing and quoting Indigenous thinkers directly, unambiguously and generously. As thinkers in their own right, not just disembodied representatives of an amorphous Indigeneity that serves European intellectual or political purposes, and not just as research subjects or vaguely defined 'collaborators'. As dynamic Philosophers and Intellectuals, full stop.*
- 19 No original: *Usted escribe después: "En esta carencia de hogar [...] se esconde un advenimiento". Mi espanto creció cuando yo lo leí. En la medida en que soy capaz de pensar, esto es pura ensoñación, una más de la serie de tantas ensoñaciones que – cada una "en su momento" – nos há engañado durante médio siglo. ¿ Está usted a punto de hacer de profeta que muestra lo suprasensible a partir de una arte del oculto, de hacer de filósofo que huye de la realidade? ¿ Quién deja de hacer lo posible por meras ficciones? ¿Em tales casos hay que perguntar por las autorizaciones y las verificaciones...*
- 20 Comunicação Pessoal (23.10.2020). O termo me foi apresentado por Luís Álvarez Falcon.
- 21 No original: *Der Nationalsozialismus ist ein barbarisches Prinzip. Das ist sein Wesentliches und seine mögliche Grose. Die Gefahr ist nicht er selbst – sondern das er verharmlost wird in eine Predigt des Wahren, Guten und Schonen (so an einem Schulungsabend). Und das jene, die seine Philosophie machen wollen, dann nichts anderes dazu setzen als die überkommene "Logik" des gemeinen*

*Denkens und der exakten Wissenschaft, statt zu begreifen, das jetzt gerade die "Logik" neu in die Not und Notwendigkeit kommt und neu entspringen muss.*

- 22 O trecho inteiro cuja tradução diz de uma parte em Malpas é: "Although it does not diminish their distressing or reprehensible nature, the anti-Semitic passages in the Notebooks are concentrated in only a few places, all of them, as noted above, after 1939, and anti-Semitism is not itself a recurrent or major theme in the Notebooks overall (one might argue, in fact, that the manner of its appearance suggests that it is almost something taken for granted, so that it is treated as barely even worthy of comment either for or against)".
- 23 Du, in dein Tiefstes geklemmt,/entsteigst dir/für immer. Trecho final do poema [Unlesbarkeit]. Tradução de Celso F. Fonseca (2001, p. 25). Referencio o gigante poeta judeu Celan, sobrevivente do Holocausto, amigo e admirador de Heidegger, cuja obra o influenciou, mas a posição em relação a responsabilidade nazista o deixava perplexo.
- 24 Em Habermas (2000, p. 199-200): "A retórica do último Heidegger [...] harmoniza os destinatários no relacionamento com poderes pseudo-sacrais [...] homem é o 'pastor do Ser'. Pensar é um fervoroso 'deixar-se solicitar' [...] O Ser 'concede' aos bem-aventurados ascensão a graça e, a cólera, vazão para a desgraça. [...] A linguagem de *Ser* e *tempo* sugerira o decisionismo de uma resolução vazia; a última filosofia recomenda a submissão de uma disposição a sujeição igualmente vazia".

## Referências

- ADORNO, Theodor. **The Jargon of Authenticity**. Evanston: Northwestern University Press, 1973.
- AHMED, Sara. **Queer phenomenology: Orientations, objects, others**. Duke University Press, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo** São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hanna. Que é liberdade? In: ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 188-220.
- ARENDT, Hanna. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hanna. **Eichman em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- BADIOU, Alain; CASSIN, Barbara. **Heidegger: o nazismo, as mulheres e a filosofia**. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2011.
- BAMBACH, Charles. **Heidegger's roots: Nietzsche, national socialism, and the Greeks**. New York: Cornell University, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. Coleção grandes cientistas sociais, v. 39. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. Natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la Liberación** (Obras Selectas XI). 1. ed. Buenos Aires: Docencia, 2013.

DI CESARE, Donatela. **Heidegger y los judíos**: los cuadernos negros. Editorial Gedisa, 2017.

FALCÓN, Luis Álvarez. América Latina y la Fenomenología del Sur. **Eikasía Revista de Filosofía**, [s. l.], n. 94. p. 23-50, 2020. Disponível em: <https://revistadefilosofia.org/index.php/ERF/article/view/386/391>. Acesso em 18.04.2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Vitor. **Heidegger y el nazismo**. 2. ed. aumentada. Santiago: Akal Ediciones/FCE, 1998.

FAYE, Emmanuel. **Heidegger l'introduction du nazisme dans la philosophie**. Autour des séminaires inédits de 1933-1935. Paris: Albin Michel, 2005.

FÉDIER, François. Heidegger. **Anatomie d'un scandale**. Paris: Robert Laffont, 1988.

FONSECA, Celso Fraga. Poemas de Paul Celan (1920-1970). **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 4, p. 13-49, 2001. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/view/49340>. Acesso em: 19.04.2025.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** São Paulo: Vozes, 2019.

HEIDEGGER, Martin. Nur noch ein Gott kann uns retten, [Entrevista cedida a] Rudolf Augstein e Georg Wolff. **Der Spiegel**, n. 23, p. 193-219, 1976. Disponível em: [https://www.uni-leipzig.de/fileadmin/Fakult%C3%A4t\\_SozPhil/Institut\\_KMW/Heidegger\\_nur\\_Gott\\_rennen.pdf](https://www.uni-leipzig.de/fileadmin/Fakult%C3%A4t_SozPhil/Institut_KMW/Heidegger_nur_Gott_rennen.pdf). Acesso em 17.04.2025.

HEIDEGGER, Martin. **Aus der Erfahrung des Denkens**. Gesamtausgabe, vol. 13. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1983.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. São Paulo: Unicamp/Vozes, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Überlegungen XII-XV (Schwarze Hefte 1939-1941)**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2014.

HEIDEGGER, Martin. **Holzwege**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2015.

HEIDEGGER, Martin; JASPERS, Karl. Correspondencia Heidegger-Jaspers (1920-1963). Trad. de Juan García Norro. BIEMEL, Walter; SANER, Hans (Org.). Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

HOLZER, Werther. **A geografia humanista: sua trajetória 1950-1990**. Londrina: Eduel, 2016.

HUSSERL, Edmund. **Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica**. v. 1. Tradução de Antonio Zirió Quijano (a partir da trad. de José Gaos revisada). México: UNAM/FCE, 2013.

JASPERS, Karl. **Filosofía**. Tomo II. Madrid; San Juan; Puerto Rico: Ediciones de la Universidad de Puerto Rico, 1958.

JASPERS, Karl. **A questão da culpa: a Alemanha e o Nazismo**. São Paulo: Todavia, 2018.

KELLERER, Sidonie. Rewording the past: the postwar publication of a 1938 lecture by Martin Heidegger. **Modern Intellectual History**, v. 11, p. 575-602, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1017/S1479244314000195>. Acesso em 25.03.2024.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: an essay on abjection**. New York: Columbia University Press, 1982.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios da alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LILLA, Mark. **A mente imprudente**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LOPARIC, Zeljko. **Heidegger réu**. Um ensaio sobre a periculosidade da filosofia. Campinas: Papyrus, 1990.

MALPAS, Jeff. Assessing the significance of Heidegger's Black Notebooks. **Geographica Helvética**, n. 73, p. 109-114, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.5194/gh-73-109-2018>. Acesso em 03.04.2024.

MALPAS, Jeff. On the Philosophical Reading of Heidegger: Situating the Black Notebooks. In: MALPAS, Jeff.; FARIN, Ingo. **Reading Heidegger's Black Notebooks 1931-1941**. Massachusetts: MIT Press, 2016. p. 3-22.

MARANDOLA Jr., Eduardo. “O erro de Heidegger”: do Estado-nação ao lugar como habitar poético. **GeoTextos**, v. 16, n. 2, p. 199-225, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.9771/geo.v16i2.42735>. Acesso em 20.02.2014.

MARANDOLA Jr. Eduardo. **Fenomenologia do ser situado**: crônicas de um verão tropical urbano. São Paulo: Unesp, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008. Disponível em <http://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em 20.03.2024.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado. São Paulo: Cortez, 2006. p. 667-771.

MIGNOLO, Walter; ARTURO, Casas. Silêncios da autoridade: a colonialidade do ser e do saber. **Grial**, t. 43, n. 165, p. 26-31, 2005. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/29752393>. Acesso em 19.03.2024.

MOREIRA, Eidorfe. **Obras Completas**. 8 vol. Belém: Cejup, 1989.

MOREIRA, Eidorfe. **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. Belém: SEMEC, 2012.

OTT, Hugo. **Martin Heidegger – En camino hacia su biografía**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

PANTOJA, Wallace Wagner Rodrigues. **Transamazônica**: geocartografia da (in)existência entrelugares. 2018. 449 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PINTO, Vagner André Moraes; SILVA, Joseli Maria; JUNCKES, Ivan Jairo. Hegemonias temáticas, conceituais e de atores da Geografia: O caso da revista da Anpege no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 65-82, 2021. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/12960>. Acesso em: 05.07.2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, Edward. Reflexões acerca da emergência, aspectos e essência de Lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; Oliveira, Livia (Org.) **Qual o espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

SAFRANSKI, Rüdge. **Heidegger**: um mestre na Alemanha entre o bem e o mal. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

SARAMAGO, Lúcia. **A topologia do ser**: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2008.

SARTRE, J-P. **O Ser e o Nada**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Felipe Kevin Ramos. A geopoética do habitar na amazônia-marajoara (Pará): fenomenologia da experiência ribeirinha. **Geograficidade**, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em <http://periodicos.uff.br/geograficidade>. Acesso em 28.03.2024.

SLOTERDIJK, Peter. **Ira e tempo**: ensaio político-psicológico. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

STEIN, Edith. **On the problem of empathy**. The Hague (Netherlands): Springer Science+ Business Media, 1964.

TODD, Zoe. An Indigenous Feminist's Take On The Ontological Turn: 'Ontology' Just Another Word For Colonialism. **Journal of Historical Sociology**, v. 29, n. 1, 2016. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/johs.12124>. Acesso em 29.03.2024.

TRAWNY, Peter. **Adyton**: a filosofia esotérica de Heidegger. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

TRAWNY, Peter. **Heidegger e o mito da conspiração judaica mundial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

VON HERRMANN; F-W.; ALFIERI, F. **Martin Heidegger**. Die Wahrheit über die Schwarzen Hefte. Berlin: Duncker & Humblot GmbH, 2016.

Recebido em 24/04/2025

Aceito em 03/06/2025